

**PROFES-
SIONAL-
IZAÇÃO**

**Projeto de Profissionalização
dos Trabalhadores da Área de Enfermagem**



CONTEXTUALIZAÇÃO

O contexto que originou o Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem (Profae), pode ser caracterizado pela existência de trabalhadores inseridos nos serviços de saúde, realizando ações próprias da enfermagem, sem a habilitação técnica profissional necessária para o exercício dessas ações, além de uma quantidade expressiva de trabalhadores em exercício nas ações de enfermagem sem escolaridade básica e de baixa renda, desta forma, impedindo ou dificultando o acesso aos cursos de formação profissional ofertados pelo mercado educativo.

Em 1999, estimava-se existirem aproximadamente 225.000 profissionais, em nível nacional, genericamente classificados como de nível médio, atuando como atendentes de enfermagem, nos segmentos público e privado que compõem o SUS.

Esta situação apresentava duas implicações diretas. Por um lado, prejuízo na qualidade dos serviços de saúde ofertados à população, caracterizado principalmente por uma “assistência de risco”; por outro lado, implicava uma situação de irregularidade e ilegalidade na inserção desses trabalhadores no mercado de trabalho, uma vez que a Lei do Exercício Profissional de Enfermagem, Lei Federal nº 7.498/86, ao ser publicada, reconheceu a existência de trabalhadores de enfermagem sem qualificação exercendo a profissão, mas concedeu um prazo de até 10 anos para que todos fossem profissionalizados e se tornassem, no mínimo, Auxiliares em Enfermagem.

Diante deste cenário, em 1999 e 2000, o Ministério da Saúde formulou e implementou o Profae com objetivo de atender às lutas pelo direito à assistência de enfermagem e promover a melhoria da qualidade da atenção à saúde, por meio da redução do

déficit de pessoal Auxiliar em Enfermagem qualificado e do apoio e fortalecimento às instâncias de formação e desenvolvimento dos trabalhadores do Sistema Único de Saúde. A concepção do PROFAE e o seu desenho metodológico contemplam ações capazes de interferir sobre o problema em várias dimensões e fatores determinantes, conforme descritas a seguir.

A estrutura organizacional do Projeto tem contemplado uma gestão centralizada no Ministério da Saúde e execução descentralizada em estados e municípios, utilizando a maioria das escolas técnicas públicas e privadas do país, as instituições de ensino superior com capacidade de apoiar os docentes de educação técnica, as Secretarias Estaduais de Educação (SE) e de Saúde (SES), entre outros.

2 - Ações, metas e resultados do Profae

Para o alcance dos objetivos gerais do Projeto foram definidas ações e metas específicas, as quais vêm sendo implementadas e cujos resultados produzidos até o momento estão listados abaixo:

oferecer a complementação de estudos a 90 mil Auxiliares em Enfermagem para habilitá-los como Técnicos em Enfermagem

Estas ações foram implementadas visando a proporcionar o acesso dos trabalhadores aos cursos de educação profissional e de escolaridade básica, com o intuito tanto de proporcionar a profissionalização, com aumento da escolaridade como de melhorar a qualidade da atenção à saúde.

Os resultados obtidos, após 42 meses de operacionalização, indicam que 148.656 mil alunos foram formados como Auxiliares e Técnicos em Enfermagem, 12 mil trabalhadores concluíram o Ensino Fundamental e atualmente em torno de 70 mil trabalhadores estão realizando curso de formação. Este quantitativo, somado à execução em andamento, sinaliza o alcance de 100% da meta original, até julho de 2006.

b) Especialização Formação Pedagógica em Educação Profissional na Área da Saúde: Enfermagem, aos 12 mil docentes dos cursos de qualificação profissional do Profae

O desafio de qualificar trabalhadores que atuavam na enfermagem sem qualificação formal específica e com *déficit* de escolaridade básica, implicou a formação pedagógica de docentes com perfil bastante amplo, para atuar numa realidade complexa e diversa, que exige a constituição de competências pedagógicas e técnicas para análise crítica, tanto das práticas assistenciais consideradas de risco a que se submetem os usuários dos serviços de saúde, se atendidos por

profissionais desqualificados, quanto das práticas educacionais tradicionais e conservadoras de formação.

Desta forma, o Curso de Formação Pedagógica, pós-graduação *lato sensu*, vem sendo implementado em âmbito nacional, atendendo profissionais já graduados e/ou licenciados em Enfermagem para atuarem na Educação Profissional, comprometidos com as necessidades sociais em geral e de saúde em particular. É oferecido na modalidade de Educação à Distância, coordenado pela Escola Nacional de Saúde Pública, da Fundação Oswaldo Cruz, com momentos presenciais nos Núcleos de Apoio Docente implantados em 49 instituições de ensino superior, contemplando todas as Unidades da Federação.

Até o momento foram titulados 10.743 enfermeiros docentes e outros 2.546 estão em curso. Foram realizadas Oficinas para Formação Inicial de 482 tutores e o Projeto SEIVA – Formação Continuada de Tutores – é uma das estratégias para garantir a educação permanente de coordenadores e tutores do curso atendendo a 350 tutores.

c) Fortalecer e modernizar as Escolas Técnicas de Saúde, vinculadas ao Ministério da Saúde ou às secretarias estaduais e municipais de Saúde ou de Educação

A política de educação profissional do Ministério da Saúde vem sendo executada de maneira a fortalecer toda a rede pública de formação técnica em saúde com a criação de novas escolas e o apoio ao desenvolvimento institucional das escolas existentes, incluindo tanto questões relativas à infra-estrutura educacional como de estímulo e apoio à geração de atividades de

formação, de educação permanente e de produção de conhecimentos.

Foram definidas linhas de ação específicas no sentido de dotá-las de autonomia administrativa, ampliar sua infra-estrutura educacional, modernizar sua gestão escolar, capacitar sua equipe técnica e realizar uma revisão curricular que permitisse ampliar a oferta de cursos. Também foi definido como ação prioritária, apoiar técnica, financeira e operacionalmente todos os demais onze 11 estados da Federação para que criassem suas Escolas Técnicas de Saúde do SUS.

Dentre os principais resultados obtidos nestes 42 meses de execução do Projeto, destaca-se o aumento em 12% de novos cursos ofertados pelas Escolas Técnicas do SUS já existentes, contemplando outras reais necessidades de formação de pessoal técnico, para além da área de Enfermagem. Quatro novas escolas foram criadas, nos estados do Acre, Tocantins, Sergipe e Maranhão; 96% das escolas existentes foram contempladas com a obtenção de equipamentos de laboratório de ensino e informática, recursos tecnológicos de informação e comunicação, recursos de tecnologia didática e veículos, entre outras necessidades urgentes para a sua modernização, ampliação da capacidade de matrícula e apoio à educação permanente.

d) **Certificação de competências profissionais dos Auxiliares em Enfermagem egressos dos cursos promovidos pelo Profae**

O Sistema de Certificação de Competências/Profae, para cumprir a finalidade de desenvolver, testar e validar um processo de avaliação de competências profissionais, propõe estratégias que permitam avaliar e validar não apenas os conhecimentos adquiridos pelos egressos dos cursos, mas fundamentalmente o **saber em ação**. A certificação de competências/Profae, buscando se tornar um instrumento que confira visibilidade social às aprendizagens e ao trabalho do auxiliar de enfermagem, construiu um sistema de referências conceituais para dar conta dos conceitos de competência e de avaliação re-contextualizados para área da Saúde e para uma avaliação formativa, assegurando que os princípios e as estratégias do SUS fossem norteadores fundamentais nesta construção.

Nessa concepção foram identificadas as competências profissionais do auxiliar de enfermagem, todas elas nucleadas pela perspectiva da *“competência humana para o trabalho em saúde, a qual se expressa na capacidade de um ser humano cuidar do outro, de colocar em ação os conhecimentos necessários para prevenir e resolver problemas de saúde, mobilizando e disponibilizando tecnologias importantes para o ato de cuidar”*.

A certificação de competências é considerada a mais inovadora, polêmica e singular das ações desenvolvidas pelo Profae:

- **Inovadora** porque trouxe reflexões importantes sobre o paradigma das competências, seu

significado no processo e nos espaços de trabalho, as novas concepções dos serviços, o processo de formação, que deve incorporar também a lógica de organização do sistema de saúde e os eixos estruturantes da prática profissional.

- **Polêmica** porque, numa perspectiva de mercado, o modelo de competências surge como pré-requisito de um mundo profissional cada vez mais exigente, que não se contenta apenas com a outorga do diploma, mas que seja ao mesmo tempo prova de terminalidade educativa e de reconhecimento profissional.
- **Singular** porque, diferentemente dos demais subcomponentes do Projeto, não havia um histórico de ações ou experiências nacionais, na área da Saúde, que pudessem servir de modelo para sua implantação.

A proposta metodológica de elaboração de perfis de competências e de avaliação vem ocupando espaço privilegiado na política de educação permanente em saúde do Profae/SGTES/MS, principalmente na formação técnica das várias categorias profissionais. Esta metodologia já serviu como um dos instrumentos de referência para a formulação dos processos de formação profissional dos Atendentes de Consultório Dentário, dos Técnicos em Higiene Dental e dos Agentes Comunitários de Saúde.

e) Acompanhamento do mercado de trabalho em saúde e do mercado educativo em saúde

Com o intuito de aprofundar a análise e discussão sobre as necessidades de mudança no perfil da força de trabalho no SUS e interferir na formação dos profissionais de saúde, foram realizados estudos

sobre o mercado de trabalho em saúde e mercado educativo. Questões como a extensão e as condições do emprego, as dinâmicas regionais, a oferta de serviços de saúde e educativos, a composição das equipes e o nível de assalariamento, dentre outras, foram amplamente analisadas e debatidas, desvelando o cenário da formação e inserção dos trabalhadores no setor de Saúde no Brasil. Os resultados vêm subsidiando a gestão do Profae e a formulação e definição das políticas de profissionalização e qualificação para o conjunto de trabalhadores técnicos na saúde.

3 – Novas ações do PROFAE:

Em outubro de 2004, no sentido de fomentar a construção de políticas públicas voltadas para formação de profissionais em saúde e fortalecer políticas de formação voltadas para os princípios e diretrizes do SUS, foi apresentada uma proposta de repactuação do Profae, contemplando as seguintes ações:

- Mestrado Profissional (em fase de discussão e planejamento);
- Convocatória de pesquisa do PROFAE - Fomento à pesquisa e produção de conhecimento nas Escolas Técnicas de Saúde (edital a ser publicado em breve);
- Construir proposta de formação pedagógica, em nível de especialização, na modalidade de EAD, com momentos presenciais, destinadas aos profissionais portadores de diploma de ensino superior, nas diversas especificidades exigidas pelo SUS, para a docência na área de educação profissional em saúde.

Projeto de Profissionalização dos Trabalhadores da Área de Enfermagem

Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde

Tel.: (61) 3315 2224

www.saude.gov.br/sgtes

Departamento de Gestão
da Educação na Saúde

Secretaria de Gestão do Trabalho
e da Educação na Saúde

Ministério
da Saúde

